

SUMÁRIO EXECUTIVO



Introdução

Os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)** são um relevante marco conceitual para a orientação de políticas públicas em âmbito global, representando o compromisso assumido pelos países-membro das Nações Unidas no documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030* para o Desenvolvimento Sustentável, em 2015. A Agenda 2030 compreende 17 ODS e 169 metas, cobrindo temas urgentes para o desenvolvimento sustentável. Nesse mesmo ano, foi criada a Agenda de Ação de Adis Abeba, que fornece as bases de implementação da transição sustentável global e reforça a importância do financiamento para o alcance dos ODS.

A Agenda de Ação de Adis Abeba recomenda que todos os países mantenham “estratégias de desenvolvimento sustentável coesas, nacionalmente apropriadas e apoiadas por Estruturas Nacionais de Financiamento Integradas (ENFI)”¹. Em consonância com essa recomendação, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem apoiado o desenvolvimento de ENFIs em mais de 50 países, estimulando o alinhamento com planos de recuperação socioeconômica em resposta à pandemia da Covid-19.

No Brasil, a **Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE)** representa os membros do **Sistema Nacional de Fomento (SNF)**. O SNF inclui bancos públicos federais, bancos públicos comerciais com carteiras de desenvolvimento, bancos de desenvolvimento controlados por Unidades da Federação, agências de fomento, bancos cooperativos, além da Finep e do Sebrae.² O potencial de atuação do

¹ A ENFI é uma ferramenta para ajudar os países a fortalecer os processos de planejamento e superar os impedimentos ao financiamento do desenvolvimento sustentável e dos ODS em nível nacional. Ela estabelece toda a gama de fontes de financiamento – fontes nacionais e internacionais de financiamento público e privado – e permite que os países desenvolvam uma estratégia para aumentar investimentos, gerenciar riscos e alcançar prioridades de desenvolvimento sustentável, conforme identificado na sua estratégia nacional de desenvolvimento. Para mais detalhes, ver: <https://inff.org/about>.

² A lista completa dos associados da ABDE pode ser encontrada nas páginas 8 e 9 desse documento

SNF o posiciona como aliado de primeira ordem no financiamento e na mobilização dos recursos necessários para viabilizar projetos de desenvolvimento sustentável, inclusivo e inovador nos mais diversos setores e segmentos da economia brasileira.

Para realizar todo o seu potencial, as instituições do SNF podem desenvolver uma **estratégia de financiamento** para o cumprimento dos ODS. O **Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável representa o primeiro passo dessa caminhada**. Trata-se de um **documento de propostas** que visa **potencializar a colaboração do SNF** no alcance dos ODS e das metas da **Agenda 2030**. O Plano está dividido em duas partes:

- **Parte I - O SNF na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável:** breve análise sobre o cumprimento dos ODS no Brasil e mapeamento da atuação do SNF nas dimensões ambiental, social, econômica e institucional da Agenda 2030³; e
- **Parte II: Como o SNF pode acelerar e dar escala à implementação dos ODS no Brasil:** definição de missões estratégicas visando orientar o desenho de políticas de fomento para o cumprimento dos ODS e recomendações de políticas e iniciativas de fortalecimento do SNF e de sua atuação para o cumprimento da Agenda 2030 e das missões propostas.

Parte I: O SNF na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável

O SNF tem papel decisivo para desencadear uma dinâmica virtuosa nas dimensões social, econômica, ambiental e institucional da Agenda 2030 e já possui exemplos significativos de atuação com os ODS, dos quais muitos podem ser reforçados, ajustados e/ou replicados para potencializar o papel do SNF nessa agenda. Uma análise preliminar de 20 Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs)⁴ revela que dez delas citam explicitamente os ODS ou alinham o seu planejamento estratégico com os objetivos da Agenda 2030. O ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) se destaca como o mais mencionado diretamente nos documentos analisados.

³ Esse agrupamento tem como função apenas facilitar um diagnóstico preliminar sobre o que o SNF tem feito para o cumprimento da agenda. Não é objetivo da análise apresentar um mapeamento exaustivo, tampouco perder de vista a indivisibilidade e integralidade dos 17 ODS.

⁴ Afeam, AgeRio, AGN, Badesc, Badesul, Bandes, Banco do Brasil, BASA, BDMG, BNB, BNDES, BRDE, Cresol, Desenbahia, Desenvolve MT, Desenvolve SP, Finep, Fomento PR, Goiás Fomento e Sicredi.

- De forma complementar, a partir de estudo conduzido pela ABDE e pelo PNUD, foi possível verificar **quais ODS foram mais fomentados pelo SNF⁵**. Os dados representam o percentual de recursos disponibilizados para cada ODS do total alocado pelo SNF para o conjunto dos ODS nos anos de 2020 e 2021 (1º semestre). Os resultados da análise mostram que os **ODS com maior participação no fomento do SNF são os ODS 8** (trabalho decente e crescimento econômico) com 24,3% (2020) e **22%** (2021); e o **ODS 9** (indústria, inovação e infraestrutura) com **23,7%** (2020) e 24% (2021). Eles são o grande destaque da contribuição do SNF, evidenciando o papel do sistema no apoio às pequenas empresas, ao setor produtivo e inovador e no investimento em infraestrutura.
- Cabe destacar também a participação de outros ODS nos resultados para os anos de 2020 e 2021, respectivamente. São eles: **ODS 7** (energia limpa e acessível) com **10,7%** e **14%**; **ODS 2** (fome zero e agricultura sustentável) com **8,7%** e **9,3%**; e ODS 10 (redução das desigualdades) com **8,1%** e **9,3%**, o que **reforça o potencial de contribuição do SNF para um desenvolvimento mais inclusivo, sustentável e inovador**.
- **Grande parte das instituições do SNF se encontra em estágios iniciais de internalização da Agenda 2030.** Dado o perfil de alocação de seus recursos, percebe-se que há um espaço para **ampliar o conhecimento sobre efeitos negativos entre os ODS** (efeito “transbordamento”) e o **risco de agendas transversais** (como questões de diversidade, desigualdade, gênero, raça, trabalho de qualidade, entre outras) **serem ignoradas no financiamento de outros temas**. Algumas recomendações importantes para aumentar a conscientização das IFDs sobre a Agenda 2030 incluem:
 - capacitação do corpo técnico em torno de taxonomias;
 - fortalecimento das capacidades de monitoramento e avaliação;
 - conhecimento de experiências internacionais para o cumprimento dos ODS;
 - elaboração de diagnósticos dos territórios para que as IFDs identifiquem melhor os gargalos e as prioridades de desenvolvimento de onde elas atuam.

⁵ Cabe destacar que esses dados se referem a uma amostra de 17 instituições do SNF. A análise é fruto de um primeiro esforço para quantificar a atuação do SNF nos ODS. A metodologia utilizada segue sujeita a aperfeiçoamento, tendo em vista que o estudo está em fase final de elaboração. Foram utilizados dados primários e secundários das IFDs referentes ao ano de 2020 e ao 1º semestre de 2021 para a classificação de suas carteiras nos ODS. As IFDs analisadas foram Afeam, AgeRio, AGN, Badesc, Desenvolve MT, Fomento PR, Sicredi, Desenbahia, Bandes, Finep, Desenvolve SP, Goiás Fomento, Cresol, Badesul, BDMG, BNB e BNDES.

Parte II: Como o SNF pode acelerar e dar escala à implementação dos ODS no Brasil

- O Plano ABDE 2030 usa a abordagem de políticas orientadas por missões⁶ para guiar o SNF na construção de uma estratégia capaz de potencializar o seu papel no fomento ao desenvolvimento sustentável. A proposição de missões busca engajar os atores do SNF no enfrentamento de grandes desafios que podem transformar os padrões de produção, distribuição e consumo em vários setores e grupos sociais em prol da geração de valor, inclusão e sustentabilidade. O objetivo da missão aponta para o nível estratégico da intervenção, entendido como o objetivo de desenvolvimento transformador. Por sua vez, os projetos potenciais representam o nível tático, ou seja, os diferentes caminhos possíveis para se alcançar o objetivo da missão, enquanto as propostas representam a forma como os projetos podem ser levados adiante.

- As **cinco missões com potencial transformador**, em termos de contribuição para o desenvolvimento sustentável no Brasil, são:

1. Futuro digital, inteligente e inclusivo: essa missão é fundamental para elevar o valor agregado na economia e para geração de empregos decentes (ODS 8) em bases inclusivas. A contribuição do SNF está ligada ao seu papel central no fomento à digitalização de MPMEs – que contribui para a geração de empregos (ODS 8) –; no financiamento à infraestrutura digital e no investimento em inovação (ODS 9); no apoio às cidades inteligentes (ODS 11) e ao agronegócio; bem como no fomento à igualdade de oportunidades (ODS 5 e 10). Alguns exemplos de projetos a serem desenvolvidos para essa missão são:

- a. acesso às tecnologias da informação para digitalização 5G na cidade e no campo;
- b. ampliação de oportunidades digitais para negócios e pesquisas liderados por mulheres;
- c. preparação de pequenas e médias empresas (PMEs) e trabalhadores(as) para cadeias produtivas digitalizadas (*Smart Networks*).

⁶ MAZZUCATO, M. [2018]

2. Ecossistema de inovação em bioeconomia e para a Amazônia: essa missão oferece uma oportunidade para a promoção de crescimento econômico e geração de empregos (ODS 8) em bases sustentáveis, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e para a proteção do meio ambiente (ODS 15). A bioeconomia contribui para a solução de desafios sociais e ambientais (ODS 11 e 13) ao promover o acesso equitativo à terra cultivável (ODS 4 e 10) por pequenos produtores de alimentos e de produtos da sociobiodiversidade⁷, particularmente mulheres, pessoas negras, povos e comunidades tradicionais (ODS 5 e 10). Alguns exemplos de projetos a serem desenvolvidos para essa missão são:

- a. apoio na gestão de negócios, capacitação e mitigação de riscos e formação em bioeconomia;
- b. programa de ciência e tecnologia com foco em biotecnologia;
- c. incentivos econômicos para valorização de ativos ambientais e controle do desmatamento na Amazônia.

3. Agronegócio engajado: parte significativa das emissões totais de gases de efeito estufa decorre do desmatamento e tem origem no setor agropecuário. Por isso, os compromissos assumidos com relação à mudança climática (ODS 13) dependem, em boa medida, de transformações no campo. Da mesma forma, padrões de consumo e produção responsáveis têm forte associação com o meio rural e com as cadeias de valor dos sistemas agroalimentares (ODS 12). Essa missão contempla a cadeia de valor do agronegócio, incluindo setores da agropecuária, indústria de transformação, agricultura familiar e outros. Esses sistemas agroalimentares têm impacto substantivo na estrutura produtiva da economia, na sustenta-

⁷ O conceito de sociobiodiversidade diz respeito aos bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vive.

bilidade e na qualidade de vida do brasileiro – notadamente no que se refere à segurança alimentar e à inclusão de grupos vulneráveis do meio rural. Alguns exemplos de projetos a serem desenvolvidos para essa missão são:

- a. ampliar padrões sustentáveis de produção via instrumentos de financiamento inovadores;**
- b. redução de custos nas cadeias de valor e perdas de alimentos;**
- c. resiliência e robustez nas cadeias de valor para segurança alimentar com foco na agricultura familiar.**

4. Infraestrutura e cidades sustentáveis: o *gap* de infraestrutura em cidades brasileiras é um problema histórico que responde diretamente ao crescimento da população urbana no país, uma vez que a infraestrutura das cidades parece não se mover na mesma velocidade na qual as pessoas migram da zona rural para a urbana. A missão Infraestrutura e cidades sustentáveis tem o objetivo de reduzir as desigualdades regionais por meio da urbanização inclusiva e sustentável. Nessa missão, busca-se encontrar alternativas para o financiamento de cidades mais resilientes e inclusivas, englobando as diferentes dimensões do conceito de cidades sustentáveis – que vai desde tecnologias de conectividade até equipamentos públicos (creches, parques, iluminação pública) –, que, por sua vez, exigem soluções inovadoras em termos de financiamento. Alguns exemplos de projetos a serem desenvolvidos para essa missão são:

- a. diversificação e desenvolvimento de fontes energéticas renováveis e eficiência energética;**
- b. amplo acesso à água e à gestão de resíduos;**
- c. mobilidade urbana inclusiva.**

5. Saúde como motor do desenvolvimento: a missão parte do conceito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), no qual os setores de saúde estão interconectados e a efetivação dos direitos sociais se dá com o desenvolvimento de uma base produtiva, tecnológica e de inovação que funcione como sua sustentação⁸. A produção considera o espaço produtivo de prestação de serviços de saúde, envolvendo a atenção básica, serviços de diagnóstico e tratamento, ambulatoriais e hospitalares, o que condiciona toda a dinâmica competitiva e tecnológica do setor da saúde. A missão tem como objetivo fortalecer a demanda e a oferta de saúde no Brasil, com o desafio de ampliar e melhorar os serviços de saúde ao mesmo tempo em que se investe no fortalecimento das bases que sustentam o CEIS, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país. Alguns exemplos de projetos a serem desenvolvidos para essa missão são:

- a. **fomentar a produção e inovação no Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS);**
- b. **infraestrutura associada à saúde;**
- c. **digitalização e melhoria da gestão da saúde.**

Fortalecimento do Sistema Nacional de Fomento

As missões abrem uma **janela de oportunidade** para uma **contribuição transformadora do Sistema Nacional de Fomento** em áreas centrais para o desenvolvimento sustentável no Brasil. Não obstante, os desafios a serem enfrentados pelas Instituições Financeiras de Desenvolvimento nessa jornada também são substanciais. Nesse contexto, o **Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável** propõe um conjunto de iniciativas para o fortalecimento dos membros do SNF – incluindo ações internas e externas – com vistas a contribuir para que as instituições enderecem desafios que impactam o exercício de suas potencialidades no financiamento ao desenvolvimento sustentável no país.

⁸ GADELHA, C. (2003)

Para identificar as principais ações e propostas de fortalecimento, o **Plano ABDE 2030** considerou o mapeamento de iniciativas do Sistema que estão alinhadas aos ODS e/ou que podem ser fortalecidas visando potencializar a sua contribuição para a transição sustentável. As propostas foram classificadas em seis temas principais: (i) **disseminação do papel do SNF**; (ii) **internalização dos ODS nos marcos institucionais e regulatórios do SNF**; (iii) **articulação com atores estratégicos**; (iv) **adequação do marco institucional e regulatório das IFDs**; (v) **fontes de recursos**; (vi) **fortalecimento do uso de *blended finance*, garantias e instrumentos inovadores**.

- **Disseminação do papel do SNF por meio da transparência e propagação de suas ações.** Contribui para justificar a atuação das instituições de fomento e fortalecer suas estruturas internas e externas para a realização da série de investimentos esperados no âmbito da Agenda 2030. Por isso, é importante intensificar a divulgação de dados e o desenvolvimento de metodologias de avaliação e monitoramento das IFDs e de suas atividades, contribuindo para a difusão dos resultados atingidos. Uma ação de suporte a essa recomendação é o aprimoramento dos processos e a digitalização das instituições para o fortalecimento da capacidade de processamento de dados e informações e, consequentemente, de geração de conhecimento sobre a atuação do SNF.

- **Internalização dos ODS nos marcos institucionais e regulatórios do SNF** como forma de avançar no alinhamento do planejamento estratégico das instituições do Sistema com os ODS. Isso pode ser feito por meio da sensibilização das altas lideranças, conselhos de administração e acionistas e com a criação de agendas compartilhadas com objetivos e linguagem comuns às IFDs no tocante aos ODS.

- **Articulação com atores estratégicos.** Essa ação fortaleceria a sinergia entre os investimentos e objetivos das instituições do SNF com o planejamento plurianual da União, estados e municípios, aumentando a capacidade do sistema de atuar de forma conjunta e coesa, interagindo com outras entidades públicas e privadas a partir de uma estratégia coordenada. Além disso, recomenda-se a criação de um plano de transição para uma economia sustentável, inclusiva e inovadora alinhado ao potencial do SNF, tendo em vista a necessidade de sua adequação às realidades locais e a maturidade de cada instituição, explorando assim as potencialidades para sua atuação em sistema.

- **Adequação do marco institucional e regulatório das IFDs.** Contribui para ampliar as possibilidades regulatórias das IFDs, que não apenas permitam, mas também fomentem uma atuação adequada ao atual contexto dessas instituições, incluindo a possibilidade de tratamento diferenciado devido ao seu papel crucial na transição sustentável. Outro ponto fundamental seria a institucionalização de uma taxonomia para o tema da sustentabilidade com legitimidade para que houvesse uma incorporação ampla, a fim de gerar segurança e previsibilidade aos atores envolvidos em projetos dessa natureza.

- **Fontes de recursos para a diversificação do *funding* das IFDs.** Destaca-se o fortalecimento da integração de instituições subnacionais com o BNDES e a Finep; a ampliação da captação de recursos de fundos e bancos internacionais e multilaterais; e a criação de parcerias inovadoras, com financiamento sindicalizado ou consórcio de IFDs, em torno de ODS específicos. Sugere-se, ainda, a criação de um fundo nacional de promoção dos ODS; a preservação dos fundos constitucionais e a utilização do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) para viabilizar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs).

- **Fortalecimento do uso de *blended finance* e garantias e instrumentos inovadores.** Essa recomendação busca contribuir para potencializar a adoção de diferentes estratégias que permitam uma ação integrada de agentes públicos e privados visando aumentar a disponibilidade de recursos para projetos de desenvolvimento sustentável. As IFDs são atores importantes no *blended finance* para o uso estratégico dos recursos públicos e para a mobilização de recursos privados para a agenda sustentável. Sugere-se a criação de fundo de aval para os ODS, com critérios de sustentabilidade bem definidos para concessão de crédito, além da adequação da utilização dos fundos garantidores nacionais e subnacionais já estabelecidos aos critérios ODS, bem como uma atuação mais forte das IFDs em PPPs e no mercado de títulos verdes.



Escaneie o QR Code e faça o **download** deste plano para o seu dispositivo.

ABDE

2030

Plano de Desenvolvimento Sustentável



Acesse nosso site www.abde.org.br



SIGA A ABDE NAS
MÍDIAS DIGITAIS



/company/abde



@abdeoficial



ABDEoficial